

APRESENTAÇÃO

Este número dos CCSA — Ano XVII, nº 30, jul./dez. 2020 — foi idealizado e desenvolvido em condições completamente atípicas, em um momento em que todos, indistintamente, fomos surpreendidos por um evento de escala global: a pandemia de Covid-19. Se, por um lado, a necessidade de cumprimento rigoroso das orientações procedentes das autoridades de saúde, em especial aquelas relacionadas ao distanciamento social, fez-nos confinados e receosos diante da enfermidade epidêmica, amplamente disseminada, que atemoriza e preocupa uma coletividade, por outro, a crise incentivou-nos a acreditar que, nessa ocasião, nossa tarefa seria convidar estudiosos e pesquisadores para um amplo e verdadeiro debate sobre a pandemia, sobre as implicações dela advindas e que mantêm relação diretamente estabelecida com a produção de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

A crise instaurada pela Covid-19 não é apenas sanitária, visto que além da saúde pública e individual, envolve, entre outros, aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos, históricos, culturais, étnicos. Entre esses, o mais grave certamente é a perda de cada vida humana e, à medida que a contaminação se expande, o risco de que mais vidas pereçam. Este número dos CCSA, intitulado ***Impactos e repercussões da Covid-19 na sociedade***, nasceu, portanto, com o objetivo de levar essa discussão para os nossos leitores, para o mundo. Mesmo sentindo a dor e o sofrimento de muitas famílias no nosso país e no mundo, a equipe dos CCSA e os autores desenvolveram um trabalho que se debruça sobre os desafios para vencer a doença, cuja superação passa, necessariamente, pelo fortalecimento do papel do Estado, da valorização do sistema de saúde pública, das políticas de assistência social, do socorro aos pequenos negócios, entre outras questões.

O primeiro trabalho apresentado neste número se intitula **Administração, OMS e Covid-19: uma relação conflitiva**. Primeira parte de uma trilogia que considera três dimensões geoespaciais de análise principais, a OMS, o comportamento dos países desenvolvidos e as singularidades brasileiras, o referido ensaio avalia, à luz da administração política, a conduta da OMS diante da crise sanitária internacional causada pelo Sars-CoV-2. O estudo conclui que a demora da OMS em declarar a Covid-19 uma emergência global elevou enormemente os custos para as nações e para a economia global.

Se atingimos a triste marca de 18.752.917 contaminados e 706.342 mortos no mundo (dados de 06/08/2020), hoje, mais do que nunca, acreditamos na importância e na legitimidade da ciência para a pesquisa e descoberta de conhecimentos que não apenas combatam a doença, mas reduzam drasticamente as suas consequências. Assim, partindo da ideia de que nada melhor para prevenir a contaminação pelo vírus do que aliar ciência e solidariedade, um grupo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – *campus* de Itapetinga, Bahia – atuou na produção alternativa de álcool antisséptico 70% líquido e distribuição para diversos órgãos e setores públicos. Trata-se, portanto, de uma iniciativa solidária que, em um momento extremamente delicado e perante as necessidades, alinha a UESB às tendências da responsabilidade social. O relato dessa experiência é tema do artigo **A UESB como apoio ao enfrentamento da pandemia Covid-19: o caso da produção de antisséptico - Campus Itapetinga – BA**. Outro trabalho que também apresenta esforços da universidade pública para enfrentar a pandemia atual é **A resposta da Universidade Federal da Bahia para o fortalecimento do enfrentamento da Covid-19 no município de Vitória da Conquista**. O artigo relata ações, empreendidas pela UFBA/Campus Universitário Anísio Teixeira, que efetivamente reforçaram o suprimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs), a implementação de artifícios de biossegurança para a desinfecção, o apoio à testagem e ao diagnóstico, bem como o apoio psicológico, na modalidade *on-line*, oferecido aos pacientes, aos profissionais de saúde e à comunidade em geral.

Também com enfoque no cenário local, o presente número conta com o artigo **O enfrentamento federativo da Covid-19 na região de Vitória da Conquista (BA)**, que analisou o repasse dos recursos emergenciais, oriundos do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (PFEC), especificamente o montante recebido e distribuído no âmbito da região intermediária de Vitória da Conquista, cidade que integra um grupo denominado cidades médias, com bastante influência no desenvolvimento regional. O artigo **Cidades médias e a disseminação da Covid-19 na Bahia** analisa exatamente o papel e a capacidade social e econômica dessas cidades no contexto da pandemia. O estudo conclui que, não obstante a importância e o potencial, tais localidades carecem de incremento da sua infraestrutura social e urbana, que inclui, entre outras necessidades, melhor distribuição de renda e melhoria da qualificação técnica da população.

Além desse, e ainda se dedicando à realidade do município, o artigo **Linguagem urbanística linguagem jurídica e proteção de duas praças**, examina as Praças Sá Barreto (no bairro Alto Maron) e da Independência (no bairro Candeias), avaliando a proteção jurídica possível por meio de negociação semiótica entre Direito e Urbanismo, para evitar que esses espaços públicos sofram ações capazes de ensejar sua completa desfuncionalização social, e arrazoando que, nesse momento de isolamento social, sobrepujam ensinamentos, sobretudo no que diz respeito à capacidade de talvez induzir-nos à redescoberta de uma conexão social, perdida no desenho urbanístico, e que as cidades foram incorporando ao modelo largamente disseminado de crescimento vertical e de consumo baseado no PIB.

A pandemia atual constitui um dos grandes desafios mundiais, dado que, além da questão sanitária, desencadeou-se uma grave crise econômica. O contexto atual desnudou e expôs a expressão perversa do capitalismo, primeiro porque a referida doença infecciosa resulta principalmente da total desarmonia da relação entre homem e meio ambiente, característica de um sistema cujo principal objetivo é adquirir lucro; segundo, porque evidencia a impiedosa desigualdade social que clama, entre outras questões, pelo indispensável papel do Estado nas questões sociais. É esse o assunto do artigo **A pandemia de Covid-19: aspectos do seu impacto na sociedade globalizada do século XXI**.

A Covid-19 também fez vir à tona a discussão sobre as alterações das políticas públicas de assistência e proteção social no Brasil, ocorridas ao longo do processo de neoliberalização, presentemente incrementado. É esse o assunto do artigo **Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil**, que contextualiza a chegada da doença ao país, em um momento de aprofundamento da agenda liberal adotada desde 2015, em que o PIB atual é menor do que o de 2014, com altas taxas de desemprego e expansão da pobreza. Conclui que, apesar de o Auxílio Emergencial ter surgido como um importante programa de política emergencial, é necessário garantir a inclusão de milhões de pessoas que não foram atendidas, até que seja aprovado um programa de renda mínima permanente, imprescindível ao combate à pobreza e às desigualdades. Outro estudo de tema semelhante, **A pandemia Covid-19 como pedagogia neoliberalizante no Brasil**, analisa as prerrogativas neoliberais à luz da implementação do Auxílio Emergencial, por meio da Lei nº 13.982 de 2020. O estudo conclui que o enfrentamento conjuntural deve-se somar ao enfrentamento das questões estruturais, pois nada impede que os neoliberais, hoje defensores da ação estatal, retomem seus dogmas assim que se encerrar o estado de calamidade.

Outro tema deste número é a grave violação de direitos humanos em tempos de pandemia. Trata-se do artigo **Direito a acompanhante: tutela dos direitos sexuais e reprodutivos das parturientes durante a pandemia da Covid-19**, que discute a privação do direito da parturiente a acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto, durante a pandemia de Covid-19, na rede pública de saúde do Estado da Bahia. Tal restrição, que desvela o embate existente entre a necessidade de prevenção da Covid-19, por um lado, e, por outro, a garantia de direito da mulher grávida, evidencia a situação de vulnerabilidade social da parturiente em, pelo menos, dois aspectos: como mulher, em posição subalterna na sociedade, e na condição de usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vemos, pois, que, diferentemente do que se afirma, a Covid-19 não é uma doença democrática, já que atinge em maior número pessoas das classes sociais mais baixas, as quais, na maioria das vezes, não têm condições adequadas de moradia e moram em favelas, ambientes, na maioria das vezes, insalubres, que necessitam de maior atuação do poder público. É o que se denomina racismo ambiental, outro tema discutido neste número, no artigo **Novo Coronavírus e racismo ambiental: favelas brasileiras como zonas de necropolítica**.

Nesse mesmo sentido, e analisando com propriedade a aplicabilidade imediata das normas de direitos fundamentais e o direito à moradia, o trabalho **Moradia adequada: um direito sobressalente como vital em tempos de Covid-19**, discute a mora dos poderes públicos concernente à efetivação do direito fundamental à moradia para milhões de brasileiros e o agravamento das consequências da falta de habitação adequada em decorrência do surto pandêmico da Covid-19.

O trabalho **A política econômica diante da crise da Covid-19** discorre sobre as bases da política econômica destinada ao combate da Covid-19, mencionando que o Brasil foi um dos poucos países em que esse assunto se transformou em um caso político de grandes proporções, em especial como desdobramento da decisão do Ministério da Saúde que, seguindo as recomendações da OMS, adotou a medida do isolamento e distanciamento social. A referida decisão provocou efeitos também nas esferas econômica e social em

praticamente todos os países. No Brasil, evidenciou a ideologia econômica neoliberal com a determinação dos rumos das ações econômicas do governo atual.

Nesse contexto de impactos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19 no Brasil, o trabalho **A importância dos bancos públicos no enfrentamento aos impactos da Covid-19 no Brasil: elementos para debate** disserta a respeito da importância e da função social dos bancos públicos como um braço do Estado para a realização de políticas econômicas e sociais, em especial com a oferta de crédito rural, com o crédito imobiliário e, igualmente, com o financiamento à indústria e à infraestrutura econômica. Com percepção muito próxima, mas com outra vertente, o artigo **Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste** aborda a economia e o mercado de trabalho do Nordeste antes da crise do coronavírus, ampliando o estudo comparativo para os efeitos da crise da Covid-19 e o aprofundamento da precarização do mercado de trabalho nordestino.

Com estudo congênere e até complementar, esta edição conta com o trabalho **Efeitos da Covid-19 sobre a economia do semiárido baiano: dinâmica atual e implicações futuras**, que avalia cenários para a região semiárida baiana, no processo de recomposição da economia brasileira, após a crise de saúde do novo coronavírus (Covid-19), com a concepção de que é inevitável a adoção de políticas de expansão do gasto público para achatar a curva de recessão sem agravar a curva de infecção.

É certo que a pandemia atingiu fortemente diversos ramos do conhecimento, como já mencionado, *v.g.* sociais, ambientais, políticos, econômicos, históricos, culturais, étnicos, dentro outros, além do próprio conhecimento. O trabalho **Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades** discorre sobre as ressignificações impostas pela pandemia de Covid-19 à educação e às escolas em geral, apresentando os desafios e as possibilidades em tempos de pandemia, suscitando diálogos e reflexões sobre ensino remoto, educação a distância, educação *on-line*, bem como as potencialidades do uso das tecnologias digitais em rede para a formação de pessoas críticas, criativas, autônomas, autoras, em um tempo que o exercício da cidadania se impõe.

Em tempos de incertezas, parte do futuro pode estar sendo construída com base em especulações, especialmente as de ordem social e econômica. É disso que trata o artigo **Profecia autorrealizável e o novo normal pós-coronavírus**. Ao analisar matérias de jornais sobre o “novo normal”, os autores verificaram que as especulações, como, por exemplo, o avanço da agenda socioambiental ou o estímulo ao uso intensificado de bicicletas, se ancoram em proposições que estariam em pauta, mesmo sem a pandemia. Concluem que tais suposições não podem ser descartadas e podem se concretizar, não por estarem certas *a priori*, mas porque muitas pessoas podem balizar seu comportamento nelas.

Como arremate, expressamos a nossa imensa gratidão a todos os autores que atenderam prontamente ao nosso convite para esse importante debate. Agradecemos também ao nosso querido doutor e professor Edgard Larry que, neste momento de nota triste, em que “Perdemos o rumo da luz”, nos homenageia com **Escolher profundo**, um poema que abre este número e que, tão sabiamente, nos sugere: “Precisamos despertar outro eu”.

Por certo, a pandemia de Covid-19 manifestou-se com grande violência, e o seu efeito colateral alcança e aflige a todos nós, individual e socialmente. É verdadeiro, também, que sempre podemos contar com a produção de conhecimento, com a criatividade, com a inovação, com a arte, as quais sempre nos oferecem um consolo, uma esperança em um cenário desfavorável, e nos estimulam a seguir, com a confiança de que a crise, agora humanitária, nos fortalecerá e nos deixará alguns legados, entre eles a certeza de que a Terra “não é plana” e sim, “redonda”, portanto, gira, se renova e exige de nós criatividade, reinvenções, bem como a consciência social de que tudo que acontece em um continente, em um país, em um estado, município, ou no ser humano, cedo ou tarde, repercutirá na coletividade.

Gilsleide Cristina Barros Lima e Rosana Márcia Tinóco Leite
Coordenação Administrativa dos CADERNOS/NEPAAD/UESB